



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

IFCH- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de História

Sérgio de Jesus Siqueira Filho

O negro e o movimento operário: livros didáticos e sujeitos ausentes
na história da República

Rio de janeiro
2019

Sérgio de Jesus Siqueira Filho

O negro e o movimento operário: livros didáticos e sujeitos ausentes na história da República

Monografia apresentada ao departamento de história do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como pré-requisito para a obtenção do título de bacharel e licenciando em História.

Orientação: Prof. Dr. Renata Figueiredo Moraes

Rio de Janeiro
2019

Agradecimentos:

Foram longos anos de resenhas, seminários, fichamentos e tantos trabalhos, noites não dormidas, e aquelas em que se desejava dormir mas o sono não vinha? Contudo, tiveram também algumas boas amizades construídas, além de bastante conhecimento construído e compartilhado e uma vontade cada vez maior de se sentir completo vendo a alegria do outro. Muitas Pessoas, é claro, fizeram parte dessa jornada, e é claro que a elas vai todo o meu agradecimento. Numa ordem contrária a tradicional, pois subverter a ordem as vezes é necessário.

O dia a dia da universidade é de uma extrema correria. Mesmo assim, a xerox, espaço onde frequentamos com frequência, esteve longe de ser aquele “local de passagem” onde se retira os textos e vai embora. Foi local de reclamar dos textos, aprender sobre eles (inclusive achá-los), tirar um sarro do Denílson quando o São Paulo perde e aprender muito mais sobre a UERJ. Por tudo isso, meu agradecimento a “Família Real da Xerox”.

Não posso esquecer de deixar o singular agradecimento aos colegas e amigos do grupo “Futebol Histórico” por quatro anos e meio de muita gargalhada em momentos onde era difícil ter motivo para tal, por gozações intensas a cada vitória sobre os adversários e muita conversa boa sobre a maior paixão nacional.

Falando especificamente sobre os professores, posso dizer que sou um privilegiado por ter construído conhecimento junto com pessoas de uma empatia e carisma ímpar. Os aqui citados estão apenas simbolizando um grupo muito maior de professores da universidade que, mesmo com várias tentativas de precarização de seu trabalho, mostraram o quanto a educação, como diz Paulo Freire, é um ato de amor.

Daniel Pinha, como esquecer das observações sobre a conjuntura política nacional repletas da ironia de Machado de Assis? E as aflições a cada resultado negativo do todo poderoso Flamengo no corredor? Sempre presentes. As estruturas políticas da primeira República (algumas bem atuais) não foram as mesmas depois daquele intenso curso de Brasil IV.

Professora Helena Araújo, como não admirar o quanto a senhora se emociona ao estar em sala? Obrigado não apenas por todos os debates em sala de aula, mas principalmente por reforçar o quanto a educação tem por dever ser mais democrática e popular.

Como era bom (e frequente) a quantidade de aulas de Brasil I e II paradas pela turma de 2014. Eram os tradicionais “tapas e beijos” (muito mais tapas) nos textos de Gilberto Freire,

as ponderações necessárias nos textos de Caio Prado. E sempre que aparecia a pergunta: “o que vocês acharam do texto?”, era certeza de que a aula não terminaria ali. Muitas vezes ela só tinha fim meses depois nos aplicativos e redes sociais da turma. E foi dessa forma, com muito debate (o oposto da nova tendência que se diz da educação, no Brasil), leitura e troca que fui ganhando um carinho por um período de nossa história em que eu possuía um senso comum de monotonia e imobilidade. E é nesse quesito, que agradeço a professora e orientadora Renata Moraes, pela grande influência, sobretudo no período em que fui monitor da mesma disciplina. Além disso, uma velha paixão, ainda do ensino médio, que era o “movimento operário da primeira República”, ganhou também com as suas orientações, uma maior complexidade, fortalecendo o já existente sentimento de identificação ainda maior com aqueles que geram as condições de existência em todas as sociedades, como mencionado de forma breve neste trabalho monográfico. Muito obrigado por dizer onde posso chegar, mas sempre lembrando de onde foi o ponto de partida.

O último dos professores, Carlos Alvarez Maia, certamente está nos agradecimentos de boa parte dos alunos da turma iniciada em 2014. Muito disso devido ao seu exemplo, de como devemos ser engajados, como devemos ser, não apenas pela profissão, mas até nas relações mais íntimas, observadores, como devemos entender a nossa formação enquanto sujeito e a dos demais. Sempre antes de analisar, compreender. Muito obrigado, Maia!

Agradeço muito a TODOS os meus familiares, seja os da família paterna ou materna (e também a família que ganhei, Teresa, Mauro e Carolina), por cada apoio dado de qualquer forma, incentivo, econômica ou emocional, foi tudo fundamental para que eu chegasse até aqui. Aos meus pais, Maria e Sérgio, que em muito me ajudaram a todo momento, até nas mais fortes adversidades, sempre fomentando em mim a perseverança.

Todas essas experiências aqui devidamente agradecidas não seriam possíveis se esse projeto não tivesse uma grande incentivadora. Por isso, o meu agradecimento especial a minha companheira de vida, Mariana, principalmente pelo seu incentivo, companheirismo e amor, pois sem você, nada disso seria possível. Obrigado por me mostrar, não só aqui, mas há dez anos, sempre que o sonho que se sonha junto vira realidade. Por fim, agradeço a Deus por toda saúde concedida até aqui. E pedindo para que assim continue, e eu possa retribuir tudo que me foi feito até o momento.

Resumo:

FILHO, Sérgio J.S., *O negro e o movimento operário: livros didáticos e sujeitos ausentes na história da República*. Rio de Janeiro, 2019. Monografia- Departamento de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Os trabalhadores no Brasil, quando pensados por meio do livro didático, são observados através das últimas décadas do Império do Brasil e, sobretudo, na Primeira República. A classe trabalhadora e o movimento operário tem sua formação atrelada a presença do imigrante europeu, que traz para o Brasil as correntes ideológicas do movimento sindical estrangeiro e a sua forte atuação política. Essa percepção, todavia, acaba apresentando uma importante lacuna: a ausência da população negra também presente de forma ativa no mundo do trabalho e no movimento político organizado. Visualizar e problematizar tal ausência é de grande valia para observar possíveis efeitos, devido aos usos e apropriações feitas do manual didático, no cotidiano dos alunos, a partir das narrativas estabelecidas nos livros didáticos de História sobre os mundos do trabalho no Brasil da primeira República,

Palavras chave: Movimento operário; primeira República; ausência; Livro Didático; trabalhadores; mundos do trabalho

Sumário

Introdução.....	7
1 Os trabalhadores no Brasil	9
1.1 Os parâmetros iniciais	9
1.2 As ausências...	12
1.3 A Presença!.....	13
2 O negro e o movimento operário da primeira República nos livros didáticos de História. 16	
2.1 Pensando o livro didático.	16
2.2 O negro e o movimento operário da primeira República nos livros didáticos.	18
3 À guisa de conclusão.	30
Livros didáticos:.....	33
4 Referências Bibliográficas	34
Figura 1 – <i>História em movimento</i> , 2013, p.41	19
Figura 2 – <i>História em movimento</i> , 2013, p.42.....	20
Figura 3 - <i>História</i> , 2016, p.26.....	23
Figura 4 – <i>História</i> ,2016, p.24	23
Figura 5 <i>História</i> , 2016, p.16.....	24
Figura 6 <i>História Global</i> , 2016, p.90.....	25
Figura 7 <i>História Global</i> , 2016, 91	26
Figura 8 <i>História Glogal</i> , 2016, p.97	27

Introdução

O movimento operário na Primeira República brasileira é um tema consagrado na historiografia, sendo fruto de constantes e intensos debates, rupturas e continuidades. Embora ainda se tenham questionamentos sobre a, ainda presente, tentativa de separação entre os estudos do mundo do trabalho e da escravidão (NASCIMENTO, 2016), é visível uma quantidade significativa de análises (influenciadas pelos novos estudos da história social do trabalho) que procuram mostrar um processo de formação de classe em que é perceptível a unidade de interesses dentro de um conjunto diverso de sujeitos históricos (MATTOS, 2008). Diante disso, as experiências em comuns dos trabalhadores escravizados e livres começam a ser mais valorizadas, sendo o “longo século XIX” (CASTELLUCCI, 2010), momento de intensificação nessa formação da classe trabalhadora, continuado no contexto posterior da Primeira República.

Contudo, quando a temática do trabalho no início do século XX é analisada no livro didático, o que predomina ainda é a ideia de uma classe operária formada predominantemente por estrangeiros. Tal percepção, forte nas “grandes sínteses sociológicas” do movimento operário feitas na década de 1960 (BATALHA, 2007, p. 148) acaba possuindo alguns limites, como por exemplo, não mencionar de forma clara a presença negra no mundo do trabalho no contexto pós abolição e na luta política. Essa visão reducionista da formação da classe trabalhadora no Brasil é problemática, sobretudo, nos livros didáticos, devido aos usos, apropriações e identidades que os leitores poderão formar a partir da narrativa posta nesses materiais. Uma análise de livros didáticos dos anos de 2011 e 2016, destinados ao terceiro ano do ensino médio, mostram um “embranquecimento da classe trabalhadora”, excluindo o negro da sua formação e composição.

No livro didático *História em Movimento*, publicado em 2011, com autoria de Gislaíne Campos Azevedo e Reinaldo Seriacopi, na seção destinada a suas bases teóricas aponta como “objetivo pedagógico” para o capítulo 11 (“O Brasil chega ao século XX”) trabalhar como tópicos distintos a questão do negro no contexto posterior a abolição e as questões do mundo do trabalho e formação do operariado (p.53). Já no referido capítulo, a organização do movimento operário no Brasil, segundo os autores, passa necessariamente pelos “imigrantes politizados” que traziam o anarquismo e o socialismo (p.141).

Já a coletânea *História*, de 2016, organizada pelos professores da Universidade Federal Fluminense Jorge Ferreira, Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria e Georgina dos Santos, a análise a respeito da composição social dos trabalhadores mostra uma

heterogeneidade dos operários. A diversidade, no entanto, que ocorre em variadas culturas religiões e línguas, se expressa através de trabalhadores “nacionais e estrangeiros”, sendo os últimos europeus, e quando muito, asiáticos (p. 24).

Como se pode perceber, os dois livros mencionados foram produzidos em um contexto posterior a criação das leis 10639/03 e 11645/08, que estabeleceram a obrigatoriedade do ensino de história da África e os afrodescendentes no Brasil e da cultura e história indígena. Nesses livros, todavia, o negro não é evidenciado como sujeito no que se refere a questão do trabalho. São mencionadas tentativas de enquadramento do povo negro aos padrões civilizatórios, criminalização de suas práticas culturais (GISLAINE & REINALDO, 2011, p.141), mas não a sua participação ativa na estrutura produtiva nas organizações políticas. Essa visão possui lacunas problemáticas, pois ao associar o trabalho negro de forma clara no período escravocrata e silenciá-lo no início do período republicano, pode reforçar, consequentemente arquétipos racistas (MORAES & CAMPOS, 2018, p. 21).

Além disso, pensar o homens e mulheres negros no movimento operário partindo do livro didático é de grande importância, portanto, porque este material é um indício da cultura escolar e, por mais que possa ter apropriações, novos sentidos atribuídos também fora da escola, ele possui especificidades que são consequência exclusivamente do ambiente escolar (MUNAKATA, 2016, p. 122). Diante disso, não parece razoável que tais materiais mantenham a reprodução de padrões excludentes em suas páginas, tendo em vista a sua importância na formação cidadã dos alunos.

Dado o exposto, o seguinte trabalho tem como objetivo analisar o negro no movimento operário nos livros didáticos de história, tanto na sua estrutura textual, como seu conjunto de imagens, links “alternativos” e toda sua materialidade, observando o que é considerado “importante” para os autores que escrevem sobre o assunto no livro didático, suas metodologias e as representações construídas através dos manuais. Dessa forma, procura-se evidenciar o fato de que autores que abordam a temática do movimento operário da Primeira República nos livros didáticos se utilizam de uma historiografia que ainda não contempla os novos estudos dos mundos do trabalho, reforçando a ideia do trabalho negro associado à escravidão. Para concluir tal proposta, a análise dos livros didáticos será estendida ao período entre os anos de 2005 a 2016, recorte em que mostra a década inicial da obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, e sua relação com a seleção pedagógica feita pelo PNLD, considerada como “padrão de qualidade” (MONTEIRO, 2009).

1 Os trabalhadores no Brasil

A questão do trabalho, formação de classe e movimento operário no Brasil é um tema de grande volume na historiografia. Inicialmente, as análises sobre o tal processo eram a partir de um modelo de marxismo “clássico”. Este, que muitas vezes possuía um panorama idealizado do operariado inglês (BATALHA, 1992, 116). Isso nos ajuda, por exemplo, a compreender o fato dos estudos voltados ao mundo do trabalho no Brasil serem pautados pelo paradigma pós-abolição, contexto em que um “proletariado típico começaria a surgir” (BATALHA, 1992, p. 112).

Pensar os processos de formação de classe, todavia, tem sido cada vez mais olhar na direção de um processo dinâmico, em constante movimento. Como afirma Thompson, pensar a classe como um fenômeno histórico, fruto da vivência humana, sendo consequência de uma relação e não uma categoria estática (THOMPSON, 1987, p. 9). Nesse sentido, faz-se necessário, ao pensar no Brasil, a observação da experiência dos trabalhadores escravizados no que se refere ao trabalho, seu compartilhamento de experiências em comum com os trabalhadores livres ainda no Império e, sobretudo, a continuidade de formas de organização política construídas, já no período republicano. Diante disso, o seguinte capítulo tem como intuito mostrar como que a formação da classe trabalhadora e o movimento operário tem sido mencionados na Historiografia. Quem são os trabalhadores no Brasil entre o fim do segundo reinado e principalmente na Primeira República?

1.1 Os parâmetros iniciais

Temática inicialmente trabalhada com teor mais militante, a classe operária será objeto de análises de cunho acadêmico a partir da década de 1960. Esse contexto foi marcado por produções que tinham como finalidade sistematizar uma narrativa sobre a formação do operariado e suas lutas. Sendo assim, essas “grandes sínteses”, muito ligadas a sociologia, consolidaram uma visão de movimento operário iniciado com a força da imigração, sobretudo Italiana, e tendo o anarquismo como centro político hegemônico (BATALHA, 2007, p. 148).

Um exemplo notório dessa perspectiva é o livro de Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social*, de 1976. No seguinte trabalho, o autor menciona, em variados momentos, a importância da imigração (tanto interna - de livres - como externa) na composição social da classe operária, salientando que os migrantes atendem com melhor qualidade as “demandas” de uma economia capitalista em crescimento constante (FAUSTO, 1976, p. 34-36). Por isso,

na visão do autor, a escravidão se torna um “peso” na formação do operariado após a abolição.

Dessa forma, ao comparar os processos de organização política do operariado no Rio de Janeiro e em São Paulo, o autor relaciona o nascimento de expressões políticas de caráter classista “mais bem desenvolvidas”, através do anarquismo, no caso paulista, ao perfil social “mais homogêneo” e dotado de uma “cultura italiana”, que impulsionou com maior força o movimento operário naquele estado, ao passo que, na capital federal, analfabetismo e a diversidade da população são entendidas como um problema no mesmo processo de formação (FAUSTO, 1976, p.60-61).

Exemplo semelhante seguem Francisco Foot Hardman e Vitor Leonardi em *História do trabalho e da indústria no Brasil*, de 1982. No livro, os autores reforçam a ideia de que a escravidão é um entrave central na formação da classe operária brasileira (HARDMAN & LEONARDI, 1982, p. 109). Além disso, procura-se a todo momento separar as ações de trabalhadores livres e escravizados, trazendo uma impressão de que este último não é um “trabalhador”. Já o livre, o “verdadeiro proletariado”, tinha uma composição social forte nos grandes centros urbanos, eram trabalhadores ingleses qualificados, operários “nacionais” em algumas regiões do nordeste e no Rio Grande do Sul e, sobretudo, os imigrantes que faziam parte da maioria da força de trabalho até a década de 1920 no Rio de Janeiro e em São Paulo (HARDMAN & LEONARDI, 1982, p. 117).

Seguindo a perspectiva, de uma força imigrante na formação do operariado brasileiro, mesmo que com pequenas nuances, está Edgard Carone, que menciona um operariado ainda nos últimos momentos do Império de maioria nacional, com pessoas pobres do campo e da cidade, grande quantidade de mulheres e crianças (muitas órfãs) e, só em um último momento é mencionado aquele que para o autor está em quantidade diminuta, que é o ex escravo. Todo esse contingente de trabalhadores nacionais, segundo Carone, tem certa dificuldade com as demandas do trabalho fabril e, por isso, a partir de 1980, “será suplantado pelo estrangeiro mais experiente onde a diferença racial e cultural os distancia” (CARONE, 1989, p. 45).

Alguns apontamentos precisam ser feitos sobre as análises acima observadas, principalmente sobre os parâmetros utilizados como determinantes para a formação da classe trabalhadora. O primeiro deles é a separação clara entre escravidão e consolidação de uma ordem capitalista, o que faria com que os imigrantes tivessem melhores “requisitos”, justificando a imigração. A prática, porém, mostra que capitalismo e escravidão, no Brasil de meados do século XIX, trabalham como partes diferentes de uma mesma engrenagem e não como opostos (MARQUESE, 2016). Desse modo, a formação da classe trabalhadora no

Brasil não tem na escravidão uma justificativa de seu empecilho, principalmente pensando o compartilhamento de espaços de trabalho entre escravizados e livres, fazendo com que ambos estejam “produzindo para mesma ordem emergente” no Brasil.

Soma-se a isso um fator de caráter numérico: Sobre a imigração em São Paulo, já no período republicano, são mencionados por Fausto dados do Censo da capital paulista em 1893, apontando um total de 54% da população composta por imigrantes, com grande parte destes trabalhando na indústria, seja ela manufatureira ou artística. Essa estrutura, como já mencionado anteriormente, teria influenciado de forma mais forte as lutas políticas nessa região na Primeira República (FAUSTO, 1976, p.49). Tal equação, entre imigração e movimento político organizado em São Paulo, já não era consenso dentro do debate historiográfico daquele contexto (décadas de 1970, 1980). Para Emília Viotti, por exemplo, baseada nos dados do censo industrial datados de 1920, setor da economia tratado como “símbolo do trabalho imigrante”, os operários de São Paulo tinham uma origem nacional, bem distinta do tradicionalmente colocado, sendo mais da metade brasileiros (COSTA, 1982, p. 224).

Mesmo que, em alguma hipótese, tente-se questionar os dados de Costa sobre a imigração no Estado de São Paulo, pode-se afirmar que as análises de Fausto, Hardman e Leonardi (Carone faz a mesma generalização mas dentro da Região centro sul) trazem, no mínimo, uma tentativa de padronizar o processo de formação do operariado a partir de uma perspectiva “paulista”. Essa interpretação desconsidera, por exemplo, outro tipo de formação de classe que não passe por uma “métrica exata” constituída pela industrialização, surgimento do proletariado, formação dos sindicatos e partidos, para que após todo esse processo, haja uma obtenção de consciência de classe e ação política organizada. Observar sob esse prisma é uma marca de eurocentrismo nos estudos do o mundo do trabalho (NASCIMENTO, 2016, p. 615).

Além disso, os três autores mencionados descrevem o imigrante que chega a São Paulo partindo do pressuposto generalizante do europeu, sobretudo italiano, como militante constante e organizado do ponto de vista político e ideológico. A realidade concreta, porém, aponta para uma maioria de imigrantes vindos de áreas rurais, deficientes de contato com a estrutural industrial e sindical (BATALHA, 2000, p. 12). Por fim, dentro de algumas variantes, como em Carone que menciona os trabalhadores negros (estivadores), mas como “suplantados” na Primeira República, os autores acabam por negligenciar o fator racial, não apresentando o negro liberto, na conjuntura do pós abolição, como trabalhador e protagonista, pertencente ao movimento político. Essa visão é expressa por meio da explanação de Fausto e

Carone sobre Luiz França e Silva, mostrando sua atuação política na criação de partidos operários, sucessos, propostas e fracassos, mas em nenhum momento citou algo de importância singular naquele contexto: Luiz, militante socialista, era negro (MATTOS, 2008, p. 121).

1.2 As ausências...

Sobre esse padrão de interpretação da classe operária brasileira, pode-se perceber alguns aspectos. Há uma idealização do operariado inglês observado por Marx, tendo em vista que sua análise pautada pelo paradigma do trabalho livre, que no Brasil só se fez por inteiro apenas depois da lei de 1888. Aglutina-se também uma figura igualmente idealizada do trabalhador imigrante, dando a ele um engajamento e protagonismo que, em muitos casos, estava longe da realidade concreta, inclusive nas regiões onde seu número é significativo (comparando a outros estados). E por último, e o mais importante para as finalidades aqui propostas, negligencia a presença negra como sujeito na composição social da classe operária e sua ativa participação na movimentação política, fazendo uma associação de seu trabalho ao período escravista. Sobre essas considerações, Emília Viotti da Costa, na década de 1980, já questionava:

Qual é a participação do negro no movimento operário? (...) Provavelmente por causa da identificação que fazem entre movimento operário e imigrante, os que tem estudado o movimento operário na Primeira República raramente mencionam a presença de pretos e mulatos. Em geral se repete que depois da abolição os imigrantes substituíram os ex escravos na força de trabalho, tendo aqueles sido marginalizados nesse processo. Até que ponto essa impressão corresponde a realidade? (COSTA, 1982, p.224)

Dando continuidade aos questionamentos feitos por Costa, a historiadora Silvia Lara, na década seguinte, observou a exclusão dos negros ao longo do tempo na história social do trabalho no Brasil e apontou alguns dos possíveis problemas, como por exemplo, a “oposição irreconciliável” entre escravidão e liberdade na formação de classe. Além disso, fez o questionamento da “teoria da substituição do ex escravo pelo imigrante europeu” (LARA, 1998, p. 26-27). As análises de Lara tem grande importância nos estudos sobre o mundo do trabalho e a presença negra no mesmo, pois o não questionamento de tais pressupostos de análise, tem intensificado o que o historiador Álvaro Nascimento chama de “Paradigma da ausência”, caracterizado pelo fato de:

Os historiadores que analisaram os trabalhadores pobres e o movimento operário raramente dialogam com especialistas em escravidão. Mesmo quando investigam o século XX, pouco incluem sujeitos negros, mulheres e crianças em suas pesquisas (...) Essa ausência nos leva a reafirmação da história única, marcada pela superioridade cultural e racial dos imigrantes que se avolumaram no sudeste e no sul (...) Retira-nos o conhecimento de uma sociedade cuja diversidade racial era imensa, reduzindo a branquitude e a mestiçagem. (NASCIMENTO, 2016, p. 608-610)

O diagnóstico feito pelo autor mostra a necessidade de pensar a narrativa sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil com um contorno diferenciado, pouco restrito ao momento posterior à Lei Áurea. Por isso, é de grande valia ampliar o horizonte de análise, observando como as transformações da vida material, ainda no Império, irão forjar um conjunto de vivências compartilhadas por trabalhadores escravizados e livres de forma a criar uma identidade coletiva comum, assim como a oposição de interesses que será característica da classe operária e de sua atuação política no início da República (MATTOS, 2008, p. 16-21).

1.3 A Presença!

Diante dessa perspectiva, Maria Cecília Velasco e Cruz fornece algumas interessantes contribuições, no sentido de apresentar um mundo do trabalho no início do período republicano com um olhar mais atencioso sobre a relação entre trabalho, raça e política. Ao analisar a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche de café e os estivadores, a autora mostra como no Porto do Rio de Janeiro, já no início do século XIX, havia uma intensa presença de escravos de ganho e libertos nas atividades portuárias, adquirindo hábitos próprios nos processos de trabalho, com relativa autonomia em sua execução e conseguindo manter certo controle sobre o mercado de trabalho neste ramo (CRUZ, 2000, p. 260-262).

Tal controle, na concepção da autora, auxilia em “introduzir uma noção de ‘nós’ e ‘eles’(...) criar identidades, estabelecer relações e se tornar, enfim, conhecido do outro” (CRUZ, 2000, p. 267). Ao chegar no período republicano, mesmo com a forte imigração (ocorrida desde o século XIX), sobretudo de portugueses, que passam a se tornar uma maioria numérica em várias regiões da capital federal, há uma manutenção da predominância negra entre os trabalhadores do porto carioca na Primeira República. Essa presença influencia em grande parte a formação de organizações políticas como a União dos Operários Estivadores e a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Essas organizações, em muitos momentos, se utilizaram de práticas ainda do período escravista no momento de sua formação e na atuação de seus sindicatos no pós-abolição, com grandes conquistas para as respectivas categorias e criando um reduto negro de trabalho, reforço de sociabilidades já

construídas e intensa atividade política (MATTOS, 2009, p. 25).

Trazendo a questão para o estado da Bahia, Aldrin Castellucci procura evidenciar perspectiva semelhante a de Cruz no que tange a formação social da classe operária e sua movimentação política. Ao analisar os dados do Centro Operário da Bahia, o autor traz uma classe operária majoritariamente negra e mestiça (CASTELLUCCI, 2010, p. 89), tanto em relação aos setores mais bem qualificados e remunerados quanto os mais precarizados. Além disso, dois outros fatores são destacados no trabalho do autor: um deles é procurar pensar as possibilidades de uma certa mobilidade social do trabalhador, partindo do exemplo do alfaiate Ismael Ribeiro e da sua extensa lista de bens deixados para familiares e organizações as quais fazia parte, como irmandades católicas. O segundo é a possibilidade construída através de redes de relacionamento, de fazer parte, em alguns momentos, de estruturas do Estado (CASTELLUCCI, 2010, p. 98).

A partir dos exemplos de Cruz, Mattos e Castellucci, é possível visualizar uma das principais características do processo de formação de classe no Brasil, que é a diversidade. Seja na composição dos trabalhadores, suas organizações e ideologias. Nesse sentido, é de grande importância observar no caso brasileiro, como as formas de organização dos trabalhadores ganhavam a sua configuração, não restritas apenas aos sindicatos e partidos políticos, mas também associações de caráter mutualista e até as irmandades religiosas.

Marcelo Badaró de Mattos em *Escravidados e livres: experiências em comum na formação da classe trabalhadora carioca* procura mostrar como essas entidades de fé se configuraram em polos aglutinadores de trabalhadores negros libertos e escravizados e um dos grandes locais de organização na luta pelo fim da escravidão, além de outros questionamentos advindos do mundo do trabalho e das tradições africanas, sendo muito mais do que um local com objetivos religiosos, mas sim um foco de lutas coletivas de escravizados e livres (MATTOS, 2008, p. 104- 107).

Nesse mesmo contexto de luta pela liberdade, Mattos destaca ainda as transformações do século XIX como influenciadoras de uma experiência comum de exploração entre escravizados e livres, sendo as condições de trabalho, moradia, saúde, salário e emprego as evidências mais claras de que dessa vivência, fomentando o sentimento de injustiça (MATTOS, 2008, p. 74). Para ele, é dentro dessa realidade que serão tecidos os laços de sociabilidades e redes de solidariedades fundamentais na formação da classe trabalhadora carioca, assim como a identificação dos interesses distintos da classe oposta (MATTOS, 2008, p. 208).

Os debates levantados sobre a formação da classe trabalhadora, tem procurado evidenciar uma participação ativa do negro (tanto africano quanto brasileiro) nas lutas de seu contexto. Dessa forma, procura-se afastar em certa medida um “essencialismo” do negro que supostamente o tornaria inapropriado para a nova ordem emergente e, conseqüentemente o peso da escravidão na formação do operariado, como apontam Fausto, Hardman e Leonardi. Nesse sentido, procura-se questionar a primazia de um operariado restrito ao ambiente urbano, alargando conseqüentemente o conceito de trabalhador e identificando de forma mais apropriada grupos sociais historicamente excluídos das narrativas históricas sobre a formação da classe trabalhadora e movimento operário.

2 O negro e o movimento operário da primeira República nos livros didáticos de História.

2.1 Pensando o livro didático.

É consenso entre muitos autores que estudam o livro didático tratá-lo como um objeto cultural complexo, sobretudo devido a variabilidade de possibilidades que o mesmo pode oferecer tanto para alunos quanto para professores. Nesse sentido, Roger Chartier chama atenção para “as apropriações, os usos, as condições e os processos que aumentam as operações de construção de sentido. Ou seja, a forma pela qual um texto faz sentido para um sujeito de acordo com a forma pela qual ele se apropria de tal objeto” (CHARTIER, 2002, 69). Sendo assim, o livro didático pode ser tanto um instrumento de modificação significativo nos processos de ensino-aprendizagem como também um mantenedor de estereótipos, preconceitos e desigualdades, seja através do seu texto, sua seleção de imagens e toda a sua materialidade.

Diante disso, é importante evidenciar algumas “funções vitais” do livro didático que serão expostas por Circe Bittencourt:

O livro didático é antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece técnicas de fabricação e comercialização pertencentes ao mercado (...). É importante destacar que o livro didático como objeto da indústria cultural impõe uma forma de leitura organizada por profissionais e não exatamente pelo autor. (BITTENCOURT, 1997, p. 71)

A segunda das funções se relaciona com uma certa “leitura própria dos autores das diretrizes oficiais, adaptando-as ao seu arcabouço teórico e pedagógico” (MONTEIRO, 2009, 175). Sendo assim, a função que Bittencourt chama de “depositório de conteúdos escolares” corresponde ao:

Suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares; é por seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas considerados fundamentais de uma sociedade em uma determinada época. O livro didático realiza a transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular. Nesse processo, cria padrões linguísticos e formas de comunicações específicas (...) ordenando capítulos e conceitos, selecionando ilustrações e fazendo resumos etc. (BITTENCOURT, 1997, p. 72)

Logo em seguida, o livro didático é mostrado também como um “instrumento pedagógico”:

Inscrito numa longa tradição inseparável tanto na sua elaboração como na sua utilização das estruturas e métodos e das condições do ensino do seu tempo (...) elabora as estruturas e as condições do ensino para o professor(...) Ao lado dos textos, o livro didático produz uma série de técnicas de aprendizagem(...) Assim, os manuais escolares apresentam não apenas os conteúdos das disciplinas, mas como esse conteúdo deve ser ensinado. (BITTENCOURT,1997, p. 72)

A última das funções é a chamada “função ideológica”, onde o material didático é:

Um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura, várias pesquisas demonstram como os textos e ilustrações das obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa. (BITTENCOURT, 1997, p. 72)

Partindo dos pressupostos teóricos mencionados, faz-se necessário visualizar qual é a unidade de sentido construída pelos livros didáticos que serão aqui analisados no que se refere o movimento operário na Primeira República e a presença negra. Para isso, serão observados três aspectos fundamentais para formulações feitas sobre os manuais didáticos: seus aspectos formais, seus conteúdos escolares e os conteúdos pedagógicos. Dessa forma, a ênfase da análise se concentra em conectar a materialidade (ou seja, imagens, ilustrações, textos adicionais, sugestões de leitura, letras em destaque, boxes) aos conteúdos (bibliografias e apresentação dos textos) e a base teórico metodológica adicionada ao discurso, identificando “como o conhecimento deve ser aprendido” (BITTENCOURT, 2008, p. 311-314), e dessa forma, é possível termos uma ideia da representação dos trabalhadores da “República Velha” nos exemplares.

Dentro desse cenário é preciso levar também em consideração a historicidade dos sujeitos leitores e autores de tais materiais, principalmente quando a temática em questão é referente ao negro na história do Brasil (no caso da pesquisa sobre o mundo do trabalho), parte ainda repleta de estereótipos e “essencialismos”, trazendo mais ainda a necessidade de uma análise bem apurada dos livros, não apenas para apontar os “erros” dos exemplares, mas para analisar as escolhas dos autores, a consequente construção da narrativa e os seus possíveis efeitos no processo de ensino (MONTEIRO,2009, p.193) e a formação de memória social de grupos historicamente excluídos.

2.2 O negro e o movimento operário da primeira República nos livros didáticos.

Os manuais analisados foram escolhidos dentro de três critérios pré-determinados. São eles a presença de autores reconhecidos no meio acadêmico, com produções historiográficas “renomadas”, além disso, são também resultado de uma pesquisa em seis unidades escolares de diferentes bairros da zona oeste do Rio de Janeiro, onde os livros observados foram os mais escolhidos pelos professores. E por fim, e não menos importante, todos os exemplares são aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático, que desde 2007, no caso do ensino médio, vem servindo como um crivo de qualidade dos materiais didáticos (MONTEIRO, 2009, p. 192). A observação aqui exposta é consequência da análise das variadas edições de cada um dos livros de acordo com os anos de seleção do PNLD. Essa forma de análise tem como objetivo tentar captar alguma alteração no que tange a materialidade, texto e a metodologia nas diferentes edições dos manuais.

Primeiro dos exemplares fruto da pesquisa, “ *História em movimento*”, de Gislaíne Campos Azevedo e Reinaldo Seriacopi (na edição de 2008 tinha o nome “história”) tem a primeira unidade do livro intitulada de “ciência e tecnologia”, que se inicia com a Belle Époque e a consolidação do capitalismo ocidental (capítulo 1), passando pela primeira grande guerra (capítulo 2) e também pela Revolução de 1917 (Capítulo 3). Apenas depois disso, na sistematização dos autores, que “O Brasil chega ao século XX” (capítulo 4), ponto destinado a trabalhar o movimento operário na primeira República. Logo na primeira página é exposta uma imagem (diferente de acordo com a edição) da cidade de São Paulo acompanhada de dados estatísticos com a finalidade de mostrar o Estado como símbolo de “desenvolvimento” na Primeira República, tendo o café como força motivadora de tal progresso (p.38). Em seguida, a economia da borracha e suas riquezas são mencionadas onde são citados, de forma breve, alguns trabalhadores como os mateiros (p.39).

Chegando no ponto da chamada “expansão industrial do século XX”, os autores citam novamente São Paulo e os proprietários de terra colocando parte de seus lucros nas fábricas, citando os ramos da economia em que se destacaram, sobretudo o da indústria têxtil. Nesse cenário é abordado “a vida dos trabalhadores”, expressão colocada em letras maiores e em negrito, opção que mostra diferença das últimas edições para a do ano de 2008, que trabalha “a vida nas fábricas”. Tal mudança que poderia significar um alargamento na ideia de trabalhador não se concretiza na prática, pois o que é mostrado neste trecho é a experiência de exploração no ambiente fabril sofrida por mulheres, homens e crianças (p.41).



Figura 1 – História em Movimento, 2013, p.41

Posteriormente, as organizações dos trabalhadores aparecem como uma forma de resposta ao que era vivido pelos operários. Essa movimentação, segundo os autores, “ocorre devido a presença dos imigrantes politizados que trazem para o Brasil o anarquismo, socialismo e anarcossindicalismo” (p.42). Estes europeus, seriam os principais influenciadores das greves ocorridas no início do século XX, até porque, segundo Azevedo e Seriacopi, o operariado em São Paulo era praticamente estrangeiro, noventa por cento (p.44). Levando a crer que a política de greve era algo quase que exclusivos dos trabalhadores estrangeiros, como se os brasileiros não tivessem essa política. Soma-se a essa análise do movimento operário feita por Azevedo e Seriacopi a duas imagens dos jornais anarquistas frequentes na Primeira República, mais duas do trabalho em fábricas paulistas e um bonde com operários grevistas, todas elas no Estado de São Paulo.



Vagão com destino ao bairro da Penha, Zona Leste da capital de São Paulo, transporta operários grevistas no início do século XX.

Com os baixos salários, muitos trabalhadores iam residir em cortiços, porões e pensões precárias. Atividades de lazer eram limitadas pelo pouco tempo de que dispunham para descanso e pela falta de dinheiro, o que aumentava a necessidade de mu-

Os socialistas defendiam a união dos trabalhadores em torno de um partido político. Para eles, esse seria o início de um processo que culminaria na criação de uma sociedade socialista.

De *Journalist* 1900-1910

Figura 2 – História em movimento, 2013, p.42

Ao falar da vida do negro no início da República, em um box de mesmo nome, são enfatizadas as variadas exclusões sofridas pelo negro no contexto republicano no que se refere a sua cultura, por exemplo, a resistência a tal discriminação, mas em nenhum momento é mencionado sua presença no mundo do trabalho.

A proclamação da República, ocorrida logo após da abolição da escravidão, foi acompanhada de muitas expectativas de transformações na vida dos negros no Brasil. O que muitas vezes se observou, no entanto, foi uma tentativa de “reenquadrar” os segmentos da população não identificados à tradição europeia (...) As elites e os poderes públicos passaram a combater os hábitos e costumes da população afrodescendente do Brasil (...) Diante dessa realidade, diversos membros da comunidade negra recorreram à imprensa alternativa (...) esses jornais traziam a baila questões de interesse dos afrodescendentes, como aspectos da vida cultural e social, bem como as denúncias de violência e racismo (...) Ao valorizar o negro, esses meios de comunicação acabaram desempenhando importante papel para reforçar os laços de identidade étnica, contribuindo para que os afrodescendentes valorizassem cada vez mais suas características físicas e culturais. (AZEVEDO & SERIACOPI,2013)

Ao fazer isso, o capítulo que tem como finalidade mostrar a formação das organizações políticas do operariado brasileiro e entender o surgimento e intensificação do racismo contra a população negra e suas resistências (p.38), deixa fortes lacunas, e acaba por não concluir nenhum dos dois objetivos. Tal insucesso acontece pelo fato dos autores entenderem, ainda, a escravidão e os ex escravos como dificultadores na formação de um

“proletariado moderno”, dessa forma, negligenciando a presença negra como classe trabalhadora no contexto da primeira República, como bem menciona Álvaro Nascimento ao tratar da continuidade do silenciamento da participação do negro no mundo do trabalho e na militância política. Para Álvaro, isso se origina, em parte, de uma explicação eurocêntrica do ponto de vista metodológico, focado em um movimento mecânico que parte do desenvolvimento industrial, surgimento do proletariado e sua subsequente movimentação (NASCIMENTO, 2016, p.613). O segundo objetivo não cumprido, deriva do fato de, ao trabalhar com a substituição do trabalho escravo ao trabalho livre, condenando os negros a funções “indignas”, assume-se uma postura que reforça estereótipos racistas, como os que são sempre associados a questão da vadiagem, por exemplo, muito atrelados a figura de homens e mulheres negros.

É possível perceber claramente que na análise de Azevedo e Seriacopi o movimento operário é observado através da teoria da substituição da mão de obra negra escravizada pela do imigrante europeu. Álvaro Nascimento, novamente, lembra sempre dos problemas dessa perspectiva, pois ela traz como problemática a crença numa maior capacidade cultural do europeu sobre o negro, africano, Brasileiro e egresso da escravidão (NASCIMENTO, 2016, 610), como expresso pelos autores do manual didático em relação a “ maior politização do europeu” e dos anarcossindicalistas, que teriam sido os principais catalizadores das grandes greves, procurando fazer uma conexão entre a paralização do trabalho e as correntes político e ideológicas europeias. A realidade, no entanto, é que a parada do serviço, chamadas de paredes, tal como as greves que ocorriam na Europa nesse período como forma de questionamento, era prática História recorrente já no Brasil do século XIX entre os trabalhadores escravizados e livres, tem sua continuidade na Primeira República (GOMES, 2013, 56).

O capítulo se encerra falando das tentativas de embranquecimento e com a crescente urbanização excludente, culminando na revolta da Vacina na Capital Federal (p.48), tendo em sua sequência o capítulo 5, chamado “Primeiros tempos Republicanos”, destinados as estruturas políticas institucionais e a lucratividade econômica do café, sintetizada através das medidas de valorização do produto no convênio de Taubaté, não mencionando os trabalhadores desse setor (p.63).

O segundo livro a ser analisado nesse texto é a coleção “*História*”, do grupo de historiadores da Universidade Federal Fluminense, Jorge Ferreira, Georgina dos Santos, Ronaldo Vainfas e Sheila de Castro, que teve sua terceira edição, no ano de 2016. Dedicado ao terceiro ano do ensino médio, a temática dos trabalhadores no início de século XX surge

logo no capítulo 1, de título “Brasil: a primeira República”, onde há um determinado foco na análise do processo de Proclamação da República, sua construção simbólica e o processo político (p.18). Mais a frente, ao mencionar as “riquezas do Brasil”, a economia cafeeira é tratada em suas positivities e seus problemas, mas sempre colocando tal produto como um gerador de modificações em alguns estados devido as riquezas trazidas pelo produto, sendo São Paulo, mais uma vez, a cidade que mais se estruturou. O crescimento paulista é associado a chegada dos imigrantes (p.19).

No trecho “o trabalhador e suas lutas”, os autores se dedicaram a descrever a formação da classe operária. Diante disso, demonstraram como os trabalhadores, no início do século XX, questionaram a exploração sofrida no ambiente fabril, além da tentativa deles em mostrar o trabalho como algo positivo, sobretudo no contexto do pós abolição. Nesse momento, a classe trabalhadora aparece como “heterogênea” e com muitas diferenças culturais, religiosas e linguísticas. Na descrição de “quem são” os trabalhadores estão os “nacionais”, de forma bem genérica, ao passo que quando falam dos imigrantes demonstram a grande especificidade deles ao citar alemães, italianos, portugueses, espanhóis e até japoneses. Ao mostrar as estratégias dos grupos socialistas, fica evidente que: “era a de eleger representantes dos operários para cargos legislativos e, assim, aprovar leis sociais. O problema é que grande parte dos operários era composta por estrangeiros e sem direito a voto” (p.25). Observa-se mais uma vez que o núcleo da análise é o imigrante.

A invisibilidade do negro na estrutura textual é visível, mesmo que a imagem logo abaixo seja de uma concentração de trabalhadores na praça Mauá – Rio de Janeiro- (FIGURA 3) a qual o grupo de trabalhadores é majoritariamente negro. Ao lado, todavia, está uma imagem do enterro do sapateiro Martinez, espanhol, na cidade de São Paulo. Na edição de 2016, é adicionado ainda um “hiper link” com uma recomendação do livro “trabalhadores negros” do historiador Flavio Gomes (p.28) (FIGURA 4). Ou seja, é razoável observar como há por parte dos autores uma opção em não evidenciar a presença negra na formação da classe trabalhadora na primeira República, primeiro devido ao detalhamento já explicitado acima, e também, pela opção de não mencionar a presença do negro na estrutura textual, deixando a sua presença restrita a uma parte mínima da página. Sendo assim, mesmo falando em heterogeneidade, na prática, a narrativa do exemplar, suas escolhas, e materialidade, evidenciam um protagonismo imigrante.



Figura 3 - História, 2016, 26

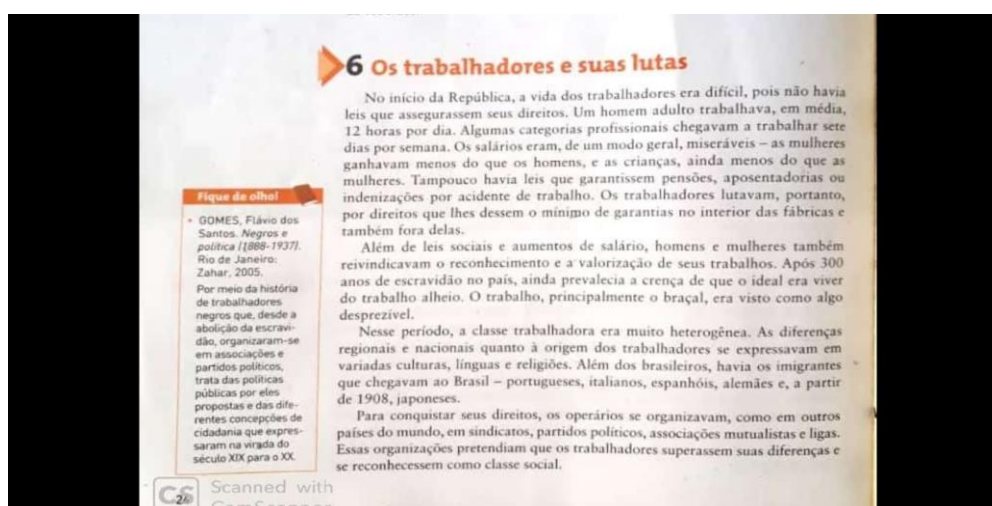


Figura 4 – História, 2016, 24

Cabe também salientar que, os trabalhadores do café, principal produto da exportação nacional, no início do século não são mencionados enquanto trabalhadores no exemplar. Porém, esse setor da economia tem um movimento de trabalhadores composto por carregadores de trapiche e café e estivadores, negros, com grande força na capital federal, organizando greves e movimentos de reivindicação por direitos, que para eles, iam muito além da esfera do mundo do trabalho, muito disso porque a sindicalização, no caso desse setor, servia também como um polo aglutinador de questionamentos de identidade étnica (CRUZ, 2000, p. 288)



Figura 5- História, 2016, 16.

Mais a frente, ao falar da cultura do movimento modernista a cultura das populações afrodescendentes é mencionada, sobretudo no Rio de Janeiro, dentro da interação das diferentes culturas formadoras do povo brasileiro (p.28). No encerramento, é movimento tenentista é citado com significativo destaque, através de suas ações no levante dos 18 do forte e a coluna Prestes, apresentados como momentos de questionamento da estrutura oligárquica de Estado. Por fim, o processo político que marca a entrada de Getúlio Vargas no poder (p.32). Sendo assim, fica latente que, além da ausência no que tange ao mundo do trabalho, suas questões deixam de ser mencionadas depois da semana de arte moderna. No capítulo seguinte, o manual já retoma as questões mundiais com a primeira grande guerra.

A terceira coleção a ser analisada é a coleção *História global*, de Gilberto Cotrim, em sua terceira edição e voltado para o terceiro ano do ensino médio. O livro opta por fazer na sua primeira unidade (coesão e coerção) uma passagem pela história da Europa e dos Estados Unidos, dando ênfase nas duas guerras mundiais, a crise do capitalismo liberal e a ascensão do nazi fascismo. Apenas na segunda unidade (República e Sociedade) é que o Brasil entra em cena, tendo no seu capítulo 5, os momentos iniciais da República, sob comando dos militares e, no capítulo 6 (República Oligárquica) é que a formação da classe trabalhadora é mencionada, mais especificamente no sub tópico “Vida social: imigração, industrialização e mudanças sociais”. (que na edição de 2010 o mesmo capítulo era nomeado “economia e sociedade na primeira República”) Ao falar da “vida econômica”, o autor cita o café como um dos fatores que geraram a demanda por imigrantes europeus para o Brasil no trabalho na lavoura em em São Paulo. Nas páginas destinadas ao assunto, todavia, as imagens que

representam a produção e exportação do produto (FIGURA 6), mostram a presença de trabalhadores negros (p.90-91).



Secagem do café, obra criada por Antonio Ferrigno em 1903. Essa tela foi encomendada pelo proprietário da Fazenda Santa Gertrudes e representa a cultura do café no interior paulista. Encontra-se hoje exposto no Museu Paulista da Universidade de São Paulo, em São Paulo.

90

LINDA PAPEL & BARRALHO ASSOCIADOS

Figura 6- História Global, 2016, p.90



Movimento no porto de Santos: embarque de café. O porto de Santos era o maior exportador de café do mundo. Ilustração sem data, do acervo do Memorial do Imigrante, em São Paulo.

Figura 7- História Global, 2016, p.91

Ainda no mesmo capítulo, no tópico “imigração, industrialização e mudanças sociais”, o autor procura, de imediato, fazer uma associação automática entre imigração, industrialização e movimento operário. Essa conexão começa evidenciando o quanto que a presença dos imigrantes europeus interferiu nas técnicas de trabalho, cultura e vários outros fatores, aplicados a lavoura (ou a indústria), dando sempre destaque a São Paulo, e aos italianos (p.94). Ao falar do avanço industrial, Cotrim segue a mesma linha de Azevedo e Seriacopi, mencionando que alguns cafeicultores utilizaram os lucros do café para um investimento nas fábricas. Nesse sentido, sempre partindo de São Paulo e explicando os seus fatores do crescimento, o autor menciona “a grande quantidade de ex escravos (e seus descendentes) e imigrantes” como trabalhadores que saíram do campo e foram para o ambiente fabril paulista dos centros urbanos. Logo abaixo do texto, a tela “os operários” de Tarsila do Amaral (FIGURA 8), de forma discreta, procura mostrar a diversidade dos trabalhadores brasileiros (p.97).

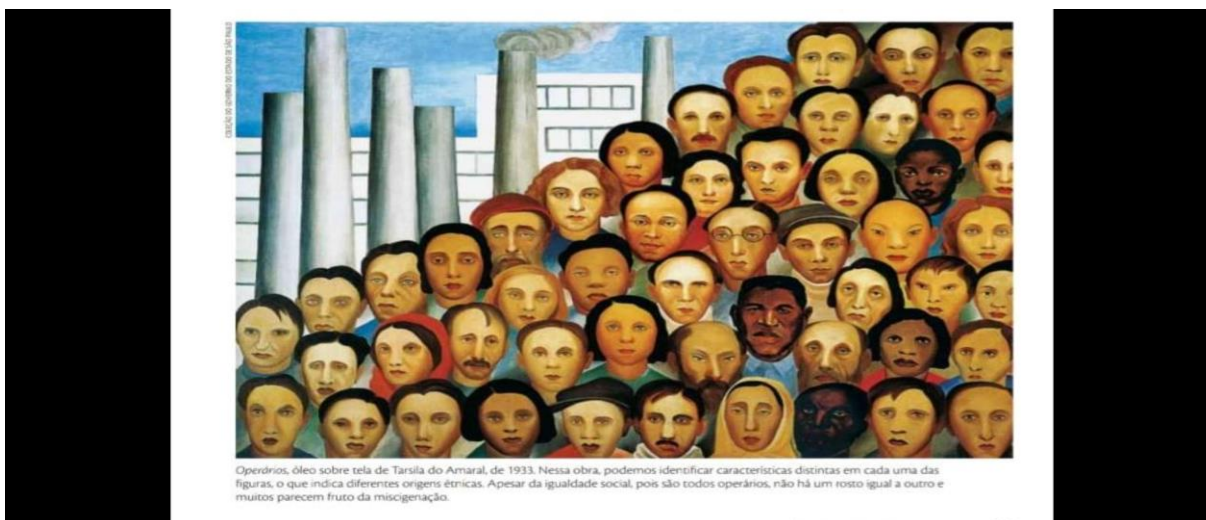


Figura 8- História Global, 2016, p.97

Quando o assunto são as grandes greves, sobretudo as de 1917, os destaques são para os comitês anarquistas com forte presença imigrante e, mais uma vez, a morte do sapateiro espanhol José Martinez (p.100), no fim do capítulo, observa-se a lista de atividades. O capítulo seguinte é destinado aos movimentos sociais na primeira República, chamados por Cotrim de “revoltas”, onde a temática racial é trabalhada através da figura de João Cândido, como liderança da Revolta da Chibata. Na narrativa, Cotrim faz uma importante menção as punições da Marinha que retomavam o contexto escravista dos séculos XVIII e XIX (p.112). Todavia, em nenhum momento as punições aplicadas pela armada são tratadas como punições dentro de um ambiente de trabalho. Logo em seguida, capítulo termina falando do movimento tenentista, dando atenção especial a uma atenção especial a cada um dos movimentos (p.115). Após o capítulo das “revoltas”, No capítulo 8, ao falar da “era Vargas”, período onde a temática trabalhista é muito forte, a ênfase está em mencionar os conceitos de trabalhismo e populismo, além de algumas características da Consolidação das Leis do Trabalho, não citando em momento algum a temática racial no que tange da classe trabalhadora (p.136-137).

Ao mesmo tempo que podemos afirmar que Cotrim, de forma muito tímida, coloca os trabalhadores negros como sujeitos na classe operária paulista, fica latente a dificuldade em se referir ao negro sem passar pela utilização do termo escravo, mesmo que seja mencionando a expressão “ex escravo”. Somado a isso, o autor faz a associação automática entre imigração, industrialização e o movimento operário que acaba reforçando a ênfase no trabalhador europeu na formação de classe no Brasil. Soma-se a isso, a questão do desaparecimento da questão do negro nos contextos posteriores.

De acordo com a exposição dos exemplares acima, com o aporte teórico de Roger Chartier e os objetivos da pesquisa, baseado nas sugestões de Ana Maria Monteiro (MONTEIRO, 2009,193), percebe-se que os autores dos livros didáticos de História ainda apresentam uma certa distância sobre os novos estudos do mundo do trabalho. Nesse sentido, há o silenciamento do negro como sujeito ativo no mundo do trabalho e no movimento político organizado na primeira República. Muito disso está expresso em observações que ainda partem do pressuposto de um operariado majoritariamente imigrante (tese já questionada por Costa na década de 1980), quando muito, como em Cotrim, os negros são citados como parcela pequena do operariado paulista. Esse ângulo teórico-metodológico sobre o movimento operário, vem acompanhado da interpretação que enfatiza a “substituição de mão de obra escravizada pela imigrante” criticada já nos anos de 1990 por Silvia Lara (1998).

Essa perspectiva, acaba por atrelar de forma “automática” o trabalho negro ao período escravista, reforçando a ideia do negro como sujeito “não adaptável” ao mundo livre e do trabalho assalariado. Além disso, Álvaro Nascimento, em outro conhecido texto com ênfase em saber “*qual é a condição social dos negros depois do fim da escravidão?*”, procura pensar o pós abolição no contexto do ensino de história. Sendo assim, o Autor chama a atenção também em como a narrativa da “teoria da substituição” procura reforçar a argumentação de que:

a maior quantidade de ex escravos deveria provocar efeitos depressivos nos salários ou levar a formas disfarçadas de remuneração (...) Assim, por serem tão pessimamente remunerados, ocasionaram o pauperismo dos assalariados (...) assim sendo, somente com o desenvolvimento da sociedade de classes o modelo “arcaico das relações raciais” poderia ser superado, fenômeno que foi sentido a partir da década de 1930 (NASCIMENTO, 2006,17).

Questionar esse ângulo é de grande valia para pensar como o manual didático pode ser reformulado com a finalidade de ser um instrumento criador de uma nova identidade, que deixe latente a contribuição dos africanos e afrodescendentes na formação do Brasil (LIMA,2004, P. 2) em todas as esferas da vida social. Fazendo assim, com que a população negra possa se reconhecer como trabalhadora e que tenha no livro didático um instrumento de construção de uma identidade positiva do trabalho, e não uma visão simplória como já denunciava Álvaro Nascimento ao questionar o senso comum estabelecido de que o pós abolição foi o período onde a população negra foi “largada a sua própria sorte”, lhes restando o crime e a prostituição (NASCIMENTO, 2006, 18).

Muito desse silenciamento é fruto também de uma ideia de “trabalhador”, “operário”,

ainda muito focada no trabalho formal, urbano e fabril. Pensar uma classe trabalhadora diversa no que tange a, por exemplo, raça, passa por uma visualização das vivências também do meio rural, formal e informal, e sempre considerando que as trabalhadoras e trabalhadores se formam, sobretudo, a partir do seu contexto mais íntimo, suas interações e experiências sociais em comum e sua relação com o Estado (CASTELLUCCI, 2000).

3 À guisa de conclusão.

Os objetos de estudos dos dois capítulos anteriores, historiografia e livro didático, deixa evidente a desproporção entre o “ponto de partida” em que se encontra o debate historiográfico sobre os mundos do trabalho da Primeira República e o mesmo ponto em relação ao livro didático. Autoras como Ana Maria Monteiro a todo momento chamam a atenção para o fato de que, ao longo do processo de ensino E aprendizagem, seja por meio da aula ou por meio do material didático, incluindo o livro, a finalidade principal não é formar historiadores (MONTEIRO, 2011). É preciso ter cuidado, contudo, para que não haja a confusão entre “não formar historiadores” e a reprodução de uma leitura do passado excludente, ou, como é de costume ver quando a temática é a população africana e afrodescendente, uma leitura repleta de “essencialismos”.

Entende-se aqui por essencialismo toda e qualquer tentativa de “negação política e ideológica da condição humana do negro (...) fazendo dele um eterno sub-humano nos olhares e na subjetividade de boa parte dos ocidentais (...) que fazem do negro um bárbaro e um inferior independente da localidade” (KALY, 2013, p. 162). É dessa forma, que em muitos momentos, se localizam as observações de Fausto, Leonardi e Carone contribuindo para uma separação, e até, diminuição de importância do trabalho dos escravizados (ex-escravos no contexto da Primeira República) e também de sua cultura política tirando suas características de dar significado as ações humanas, para eles, melhor compreendidas pelos livres, principalmente Brancos. Essa percepção fortalece o que Sidney Chalhoub chama de “Muro de Berlim historiográfico” nos estudos da história social do trabalho (CHALHOUB, 2009), tendo como paradigma para os trabalhadores livres no final do Império e com foco no imigrante europeu na Primeira República.

Tal interpretação, tão presente nos livros didáticos mencionados, nos faz ter mais atenção ao fato de determinadas leituras do passado terem relação com as disputas e demandas do presente (SILVA, 2016). Ou seja, uma leitura da classe trabalhadora e do movimento reivindicativo no início do século XX que não passa pela presença, ação e cultura política dos africanos e afrodescendentes, trabalha com uma ideia não apenas de movimento operário mas sobretudo de identidade nacional excludente. Diante disso, é de grande importância a observação da repetição desse padrão, mesmo que com pequenas variáveis, dentro dos livros didáticos analisados.

A temática da questão racial vem ganhando força nas últimas duas décadas, desde o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso e, alavancadas no governo de Luis Inácio Lula da Silva, tendo nas leis de ensino de história e cultura afro-brasileira (10639/2003) e do ensino de história indígena (11645/2008) uma espécie de “pontapé inicial” em um aprofundamento da questão racial no ensino de história com a finalidade de construir um processo educacional que valorize a diversidade do povo brasileiro, não apenas como coadjuvante, mas sim como protagonista, como sujeito. A própria imposição da lei já mostra, de fato, como os grupos sociais citados por elas não são contemplados pelas políticas educacionais (MORAES, 2015, p. 240).

Trazendo a questão para o livro didático, especificamente, o Plano Nacional do Livro didático tem no ano de 2007 o seu primeiro documento formulado para os livros didáticos do ensino médio. Em todas as versões do documento (2007, 2011,2014,2017) é confirmada a função do livro didático não como limitador, mas como orientador das atividades do docente. Tal postura acaba marcando uma visão do manual como um apêndice das diretrizes curriculares instituídas nacionalmente (MONTEIRO, 2009, 177). Ainda sobre o guia do PNLD para o ensino médio, ao falar dos fatores que excluem um exemplar da avaliação estão as seguintes observações:

Serão excluídos do PNLD 2012 as obras didáticas que: 1- veicularem estereótipos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação, de Idade ou linguagem, assim como qualquer forma de discriminação de direitos. (...) No que diz respeito às ilustrações, devem: 3- retratar adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, pluralidade social e cultural do país(BRASIL, 2011, p. 11-13)

Nesses termos, o guia evidencia como o critério avaliativo do PNLD passa necessariamente, pelo menos no plano teórico, por uma preocupação central com a diversidade social e cultural do povo brasileiro e as singularidades do aluno do ensino médio. Isso é confirmado ainda quando o guia afirmar ser o aluno:

um sujeito histórico que partilha culturas juvenis. O que constitui essas culturas? Os especialistas falam em uma espécie de códigos, desejos, expectativas e perspectivas que povoam as sociedades contemporâneas e migram para o ambiente escolar (...) Além disso, o fato de a expressão - “culturas juvenis”- estar no plural não é gratuito. Não há “uma única juventude”. Não identificamos “um mesmo” jovem, tampouco encontramos traços definidores de “uma cultura” que circunscreva todos os jovens. (BRASIL, 2014, p. 18)

Diante disso, é notável também outro descompasso. Se inicialmente falávamos de uma desproporção entre a historiografia da classe trabalhadora na Primeira República e como o assunto é abordado no livro didático, percebe-se agora a diferença entre os exemplares analisados e as diretrizes curriculares para os livros didáticos. Não é o objetivo afirmar que os livros analisados estão em seus textos e imagens possuindo uma postura racista, todavia, as opções teórico-metodológicas dos autores dos manuais didáticos em vários momentos acabam sim, por reforçar um determinado estereótipo sobre a condição social de quem é o trabalhador na Primeira República.

É preciso também observar o que é chamado pelo guia do governo federal de “cultura juvenil”. Sabendo que o foco do documento é o Brasil, e que os livros observados são utilizados no ensino público, onde a presença de uma dessas culturas juvenis – da juventude negra - é mais significativa (sobretudo se falarmos de áreas periféricas). Nesse sentido, é preciso observar os perigos que a narrativa estabelecida sobre o movimento operário, pois ela gera grande desconforto e falta de sentimento de pertencimento a uma das culturas juvenis mais significativas do país, que é a juventude negra e periférica. Se o livro, como já mencionado, é uma âncora da política curricular educacional, e ela é pautada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo como meta do ensino médio “a preparação básica, para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 2007, 12), não parece razoável negligenciar a presença negra no mundo do trabalho na Primeira República. Muito disso, porque o livro didático, tem em certo modo uma função integradora, onde ele tem finalidades especificamente escolares, mas em muitos momentos, seus usos vão para além deste espaço. Sendo assim, é de grande importância que nos exemplares a maior quantidade de pessoas possam se identificar como trabalhadores e cidadãos dotados de direitos.

Livros didáticos:

AZEVEDO, Gislaine Campos; SERIACOPI, Reinaldo. *História*. Volume Único. Editora Ática. 2005. Manual do professor.

AZEVEDO, Gislaine Campos; SERIACOPI, Reinaldo. *História em movimento: Do século XIX até os dias atuais*. Editora Ática. 2011. Manual do professor.

AZEVEDO, Gislaine Campos; SERIACOPI, Reinaldo. *História em movimento: Do século XIX até os dias atuais*. Segunda edição. Editora Ática. 2013.

CASTRO, Sheila de; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina dos; VAINFAS, Ronaldo. *História*. Editora Saraiva.2010

CASTRO, Sheila de; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina dos; VAINFAS, Ronaldo *História*. Segunda edição. Editora Saraiva.2013.

CASTRO, Sheila de; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina dos; VAINFAS, Ronaldo *História*. Terceira Edição. Editora Saraiva.2016.

COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e geral*. Volume 3. Editora Saraiva. 2010

COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e geral*. Volume 3. Editora Saraiva. 2012

COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e geral*. Volume 3. Editora Saraiva. 2016

4 Referências Bibliográficas

BATALHA, Cláudio H. M. “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade?” *Revista Brasileira de História*, v.12, número23/24, pp.111-124, set. 91/ago. 92.

_____. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar ed. 2000

_____. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências”. (in.) *Historiografia Brasileira em perspectiva*. Editora Contexto. 2007.

BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. Editora Contexto. 1997.

_____. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. Cortez editora. 2008

BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo do Programa Nacional do Livro Didático (História). Ensino Médio. Brasília. 2007.

_____. Catálogo do Programa Nacional do Livro Didático (História). Ensino Médio. Brasília. 2011.

_____. Catálogo do Programa Nacional do Livro Didático (História). Ensino Médio. Brasília. 2014.

_____. Catálogo do Programa Nacional do Livro Didático (História). Ensino Médio. Brasília. 2017.

CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. Editora Ática. 1989.

CASTELLUCCI, Aldrin. CASTELLUCCI, Aldrin A. S. “Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”. *Afro- Ásia*. 2010.

CHALHOUB, Sidney. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cad. AEL*, V.14, n.26, 2009.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: *A beira da falácia: A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre. Ed da UFRGS.2002.

COSTA, Emilia Viotti. “A nova face do movimento operário da primeira república”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. 217-232. 1982.

CRUZ, Maria Cecília Velasco. “Tradições negras na formação de um sindicato: a sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche de café, Rio de Janeiro, 1905-1930”. *Afro-Ásia*, 24 (2000),243-290.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e conflito social*. Difel. 1976.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História do trabalho e indústria no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Ed., 1982, caps. 6 e 13, pp. 109-127 e 241-261.

LARA, Silvia. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Proj. História, São Paulo*, (16), fev, 1998.

LIMA, Mônica. “Fazendo soar os tambores: o ensino de história da África e dos africanos no Brasil”.(mimeo). Publicado em: *cadernos PENESB n.5. Niterói: EdUFF*, 2004.

KALY, Alain Pascoal. “O ensino de história da África no Brasil: o início de um processo de reconciliação nacional?” (in) *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Leph UFRJ/Pallas. 2013

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*. Civilização Brasileira. 2016.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora Carioca*. Rio de Janeiro. Bom Texto.2008.

_____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Expressão popular. 2009.

MONTEIRO, Ana Maria. “Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de História”. In: REZNIK, Luiz (org.). *A história na escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MONTEIRO, Ana Maria; PENNA, Fernando de Araújo. “Ensino de história: saberes em lugar de fronteira”. *Educ. Real., Porto Alegre*, v. 36, n.1, p. 191-211, jan./abr., 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade

MORAES, Renata Figueiredo. “O ensino de cultura e história afro brasileira e indígena na educação básica: o desafio de professores, alunos e ações governamentais”. *História e perspectivas*, Uberlândia (53): 239-263), jan/jun, 2015.

MORAES, Renata Figueiredo; CAMPOS, Sabrina Machado. “O ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira: mudanças e desafios de uma década de obrigatoriedade”. In *REVISTA TRANSVERSOS. “Dossiê: Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas - 10 anos da Lei 11.645/08”*. Rio de Janeiro, n°. 13, MAI-AGO,2018, pp. 11-34,

MUNAKATA, Kazumi. “O Livro didático como indício da cultura escolar”. *Hist. Educ.* (online). Porto Alegre. V.20. n.50. Set./dez.2016. p.119-138.

NASCIMENTO, Álvaro. “Qual é a condição social do negros depois do fim da escravidão?” 2006.

_____. “Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: Contribuições a História Social do Trabalho”. *ESTUDOS HISTÓRICOS* Rio de janeiro, v.29, Número 59, p.607-626, setembro-dezembro 2016.

SILVA, Daniel Pinha. “Ampliação ao debate público na escola: História Pública, ensino de história e o projeto “Escola sem partido”.” *Transversos: Revista de História*. Rio de janeiro, v.07, n7, set 2016.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de janeiro, Paz e Terra, 1987 (1 v.).